

Os Sem-Terra brasileiros marcam posição política (Brazil's Landless Hold their Ground)

Harry E. Vanden

Como citar: VANDEN, H. E. Os Sem-Terra brasileiros marcam posição política (Brazil's Landless Hold their Ground). *In:* SIMONETTI, M. C. L. (org.)

Assentamentos rurais e cidadania: e a construção de novos espaços de vida. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 161-168.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-142-3.p161-168>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

OS SEM-TERRA BRASILEIROS MARCAM
POSIÇÃO POLÍTICA
(*BRAZIL'S LANDLESS HOLD THEIR GROUND*)¹

Harry E. Vanden

Durante as últimas décadas, pudemos observar diversas formas de protesto popular na América Latina contra as políticas econômicas conservadoras e medidas de austeridade, cujo conjunto convencionou-se chamar “neoliberalismo”. Esses protestos tomaram formas variadas: a rebelião Zapatista no México; o Movimento Quinta República, de caráter neopopulista, liderado por Hugo Chávez na Venezuela; o movimento indígena nacional liderado pela Confederação Nacional Indígena do Equador (CONAIE); as mobilizações populares por mudanças de regime na Argentina e Bolívia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, objeto deste artigo.

Tais movimentos são também uma recente e bradante manifestação do fantasma de mobilizações populares contra as elites governantes que assombra a América Latina desde os tempos coloniais. Atualmente, um vasto contingente de pessoas, especialmente os pobres, parece sentir que o muito aguardado retorno à democracia, a celebração da sociedade civil e a incorporação da América Latina ao

¹ Artigo originalmente publicado na revista norte-americana NACLA Report on the Americas, edição de Março e Abril, de 2002. Tradução de Pedro Lima.

processo de globalização deixaram-nos marginalizados econômica e politicamente. As reações no México, Brasil, Equador, Venezuela e Argentina vêm sendo fortes e significantes e, de formas variadas, nos fazem ponderar se o projeto político dominante nesses países contempla o povo comum. É também bem possível que sejam a democratização e celebração da sociedade civil que permitam, ou mesmo encorajem, a ampla emergência de fortes movimentos sociais e políticos de massa.

Há um consenso cada vez mais amplo de que o novo empreendimento político das lideranças tradicionais está deixando para trás as grandes maiorias e, efetivamente, marginalizando ainda mais grupos específicos dentro dessas maiorias. São muitos os indicadores dessa insatisfação e descrença: alienação geral quanto aos processos políticos tradicionais, aumento do crime, altas taxas de abstenção em certos colégios eleitorais, como evidenciado pela baixa taxa de comparecimento nas eleições argentinas de 2001.

As eleições nacionais de 1998 no Brasil observaram um fenômeno semelhante, com 40% do eleitorado abstenendo-se, anulando ou votando em branco. Mudanças de atitude como essa muitas vezes levaram ao abandono de partidos políticos tradicionais em favor de novos partidos, mais amorfos e formados de improviso, como o Movimento Quinta República na Venezuela, liderado por Chávez. Tais mudanças também produziram um levante de novos movimentos sociopolíticos e organizações de massa, bem como uma grande quantidade de greves nacionais e protestos, como aqueles que atravessaram a Argentina no final de 2001 e começo de 2002.

Sistemas de comunicação de massa e acesso fácil e relativamente barato à Internet combinaram-se com maiores níveis de alfabetização e muito maior grau de liberdade política durante o processo de democratização. Isso ocorreu simultaneamente à disseminação ampla de idéias de democracia de base, participação popular e até elementos de teologia da libertação e associativismo cristão. Há uma crença cada vez maior de que deva existir igualdade econômica e de que sistemas trabalhando contra tal igualdade necessitam de mudança. Diferentemente dos movimentos radicais revolucionários das últimas décadas, esses novos movimentos sociais não advogam a reestruturação radical do Estado através de uma violenta revolução. Seu foco primário é trabalhar com o sistema político existente, pressionando-o a seus limites para conseguir as mudanças e reestruturações necessárias.

O fim dos governos autoritários e a expansiva democratização do fim dos anos 80 criou novas dinâmicas políticas em muitas nações latino-americanas. Espaços políticos começaram a abrir-se, transformando-se no que se passou a chamar “sociedade civil” e novas formas de atuação política surgiram em consequência. O prospecto de uma vanguarda elitista armada começou a sumir em face de mobilizações sociais e políticas desarmadas. A asserção do poder popular, remanescente das mobilizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, começou a borbulhar em novas e variadas formas.

No momento em que as políticas econômicas neoliberais tornaram-se mais amplamente utilizadas nos anos 90, estava ficando evidente que os ultrapassados sistemas políticos da maior parte da América Latina não eram capazes de satisfazer as necessidades das vastas maiorias. De fato, aos olhos da maior parte dos setores populares da América Latina, os ajustes estruturais e as reformas neoliberais defendidas por instituições levaram-nos a procurar novas formas de protesto e estruturas políticas diferenciadas que pudessem lidar melhor com suas necessidades, uma vez que os governos e partidos tradicionais pareciam cada vez mais incapazes de atendê-los.

Ao longo dos anos 90, a insatisfação com os líderes e partidos políticos tornou-se mais difundida, assim como as dúvidas sobre a legitimidade do próprio processo político. Personalismo tradicional, clientelismo, corrupção e cobiça tornaram-se objetos de zombaria e revolta, até mesmo fúria. Os efeitos do neoliberalismo e do racismo e classismo contínuos entre clamores cada vez mais fortes por igualdade eram inescapáveis. Com crescentes questionamentos sobre a relevância e legitimidade do sistema, essas demandas não eram direcionadas exclusivamente ao sistema político em si, mas sim para a sociedade de forma geral. Tampouco as populações da maior parte dos países buscou na luta armada e em movimentos revolucionários formas de remediar seus problemas (o caso da Colômbia é uma notável exceção). Eles buscaram algo diferente. Os grupos procuraram por novas estruturas que respondessem às demandas percebidas, embora nem sempre claramente articuladas, emergentes dos setores populares.

O próprio MST formou-se como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, há muito inalteradas. A terra, a riqueza e o poder foram alocados de formas extremamente desiguais desde a conquista no início do século XVI. A posse da terra continuou altamente concentrada e, mesmo depois de muitos anos, em 1996, 1% dos proprietários de terra possuíam 45% da terra. Por outro lado, em 2001, havia algo em torno de 4,5 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. A riqueza permaneceu igualmente concentrada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou em 2001 que os 10% mais ricos da população recebiam uma renda média que era 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres (IBGE, 2001).

A agricultura de “plantation” que dominou o período colonial e o início da era republicana tornou-se o padrão para a sociedade brasileira. Os poucos ricos tinham posse da terra, apropriavam-se dos lucros e decidiam os destinos políticos de muitos. A instituição da escravidão provia a maior parte da mão-de-obra para o sistema de plantation inicial e assim contribuiu ainda mais para a polarização das relações sociais entre as ricas elites proprietárias de terras e as fadigadas massas sem direito ao voto trabalhando nos campos. A terra continuou nas mãos de relativamente poucos e trabalhadores rurais continuaram a ser mal pagos e mal tratados.

A comercialização e mecanização da agricultura, iniciada nos anos 70, fez de muito da força rural existente supérflua. Enquanto esse processo continuou e tornou-

se mais fortemente ligado à crescente globalização da produção, grandes propriedades comerciais ou familiares demitiram trabalhadores rurais, expulsaram arrendatários da terra que cultivavam e adquiriram a terra de fazendeiros que possuíam pequenos lotes. Isso resultou em crescente desemprego rural e o crescimento das famílias rurais sem terra, muitas das quais tiveram que migrar para as cidades, inchando as estatísticas de miséria urbana. Outros optaram pelo programa patrocinado pelo governo de colonização da Amazônia, no qual o governo transportou famílias inteiras para a região amazônica onde elas devastaram a floresta tropical para plantar. Poucas encontraram empregos decentes nas cidades e o subsolo da floresta, de erosão fácil, não permitia o desenvolvimento da agricultura sustentável, piorando sua situação coletiva.

As origens imediatas do MST estão ligadas à amarga luta pela sobrevivência frente às políticas agrícolas implementadas pelo regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Os trabalhadores rurais sem terra no estado brasileiro do Rio Grande do Sul começaram a organizar-se para reivindicar a terra no começo dos anos 80. Outras pessoas sem terra adotaram suas reivindicações nos estados vizinhos do Paraná e Santa Catarina. Eles se apoiaram em uma longa tradição de resistência rural e rebelião que remonta ao estabelecimento de quilombos (grandes assentamentos de escravos fugitivos no interior) e à famosa rebelião dos pobres camponeses de Canudos na década de 1890. Em tempos mais recentes, tal tradição inclui as famosas Ligas Camponesas do empobrecido Nordeste brasileiro, nos anos 50 e início dos 60 e a Revolta do Capim no Rio Grande do Sul e outros estados nos anos 70.

Quando o MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984 como uma resposta à pobreza rural e à incapacidade de acesso à terra, condições semelhantes existiam em muitos estados brasileiros. De fato, havia trabalhadores e camponeses sem-terra por todo o país e o MST logo se espalhou do Rio Grande do Sul e Paraná para estados como Pernambuco no Nordeste e Pará na região amazônica. O MST rapidamente tornou-se uma organização de cunho nacional com políticas coordenadas e fortes estruturas de participação local, caracterizadas pelas freqüentes reuniões estaduais e nacionais baseadas na representação direta. Já em 2001, havia organizações ativas do MST em 23 dos 26 estados.

Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais poderoso movimento social da América Latina. O número de associados passa de 200.000 e talvez chegue ao dobro disso. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília.

Suas visões são bem articuladas. Eles entendem claramente a crescente comercialização da produção agrícola e suas conseqüências para com a forma em que a produção é organizada e para a vida social como um todo. De forma análoga, têm consciência plena de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando seu modo de vida. Em pequenas aulas, encontros e assembléias, e por meio de seu jornal, Jornal dos Sem Terra, sua revista, Revista Sem Terra, e diversos

panfletos, eles informam suas bases com um programa bem planejado de educação política. Eles até mesmo fundam escolas em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas para certificar-se de que a próxima geração tenha uma visão clara da política em jogo. A próxima geração de líderes frequenta sua escola nacional, ITERRA, onde obtêm uma forte orientação política e popular, instrução bem fundamentada em teoria organizacional e política e em habilidades práticas como contabilidade e administração.

O MST também facilita o desenvolvimento natural de estruturas organizacionais de base altamente participativas baseadas em grupos de aproximadamente 10 famílias, que constituem um “Núcleo Base” em cada vizinhança. Assembléias locais se reúnem com frequência e todos os membros da unidade familiar são encorajados a participar. Por sua vez, as frequentes assembléias regionais, estaduais e nacionais incorporam representantes dessas unidades de nível local. A liderança é coletiva em todos os níveis, mesmo nacionalmente, no qual aproximadamente 102 militantes compõem o Conselho de Coordenação Nacional.

Sua cultura política e processo de tomada de decisões rompem claramente com a tradição autoritária. O movimento foi altamente influenciado pela teologia da libertação e pela cultura de democracia representativa gerada pelo estudo e uso das idéias de Paulo Freire sobre educação crítica auto-ministrada. De fato, a natureza fortemente participativa da organização e a natureza coletiva da liderança e tomada de decisões fizeram surgir uma cultura política que desafia noções tradicionalmente autoritárias e estruturas verticais de tomada de decisões.

Uma das características de movimentos sociais como o MST é uma ampla visão nacional. Os Sem Terra visam uma reforma agrária abrangente e uma completa reestruturação da produção agrícola em todo o Brasil, como sugere o panfleto preparado para seu quarto congresso nacional em 2000: “Reforma Agrária para um Brasil sem latifúndios”. O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Como muitos dos movimentos sociais e políticos recentes da América Latina, os Sem Terra estão bem cientes de que sua luta está vinculada a conjunturas internacionais. Portanto, iniciam por desafiar a visão positiva do neoliberalismo apresentada pela mídia global. Em um projeto de documento sobre os “Princípios Fundamentais para a transformação social e econômica do Brasil Rural”, eles apontam que “a unidade política das classes dominantes sob a administração Fernando Henrique Cardoso consolidou a implementação do neoliberalismo”, e que essas políticas neoliberais levaram à concentração crescente de terra e riquezas nas mãos de poucos e um maior empobrecimento da sociedade brasileira. “Movimentos

populares”, diz o documento, “devem desafiar essa conceitualização neoliberal de nossa economia e sociedade”.

Mobilização política de massas é outro de seus princípios organizacionais fundamentais, como observado em suas imensas mobilizações para ocupação de terras e passeatas nas ruas. Essa estratégia é amplamente divulgada para aqueles afiliados à organização. Um panfleto distribuído por esta, “O Brasil precisa de um projeto popular”, clama pela mobilização popular, apontando que “todas as mudanças na história da humanidade só aconteceram quando as pessoas se mobilizaram” e que, no Brasil, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram”.

Como vem sido o caso em outros países latino-americanos, a política tradicional e os partidos políticos provaram-se incapazes e/ou relutantes em dedicar-se às deteriorantes condições econômicas de grupos marginalizados que sofrem os efeitos negativos da globalização econômica. Por sua vez, os movimentos sociais responderam com organizações de base popular e a criação de um novo repertório de ações que rompe com antigas formas de atividade política. Processos organizacionais e ações grupais em desenvolvimento, às vezes com a assistência externa de organizações progressistas preocupadas com a justiça social, agregaram membros individuais em torno de uma forte identidade de grupo.

No caso do Brasil e dos Sem Terra, essa ajuda externa foi prestada pela igreja Luterana e ainda mais pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica. Apesar do auxílio dessas organizações e de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização nunca perdeu sua autonomia. Estava decidido desde o início que esta seria uma organização para os trabalhadores sem-terra, a ser dirigida por sem-terra em seu próprio benefício conforme definido por eles mesmos.

Eles ocuparam grandes propriedades e terras públicas, construíram barracos cobertos com lonas de plástico preto ao lado de rodovias para chamar atenção para suas necessidades por terra, marcharam e recorreram ao confronto quando necessário. Ocuparam até mesmo a fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso pouco antes das eleições de 2002. Seu objetivo era atrair a atenção para os interesses de FHC como proprietário de terra e a conseqüente parcialidade que atribuíam a ele. Às vezes, eles foram brutalmente reprimidos, assassinados e aprisionados. Ainda assim persistem, forçando a distribuição de terra para seus membros e outros sem-terra não organizados. Sua capacidade de mobilizar 12.000 pessoas para uma única ocupação ou 100.000 para uma marcha nacional sugere a força de suas habilidades organizacionais e o quão bem comunicam-se e coordenam-se a nível nacional. Eles também acumularam grande apoio a nível nacional, criando um consenso no país de que a distribuição de terras é um problema e de que algumas reformas substanciais são necessárias.

Os Sem Terra continuam avidamente ligados e consideram-se parte da luta internacional contra a globalização. Eles ajudaram a organizar e participaram ativamente do Fórum Social Mundial e já enviaram representantes a passeatas em todo o mundo. Disputas que uma vez já foram localizadas e isoladas tornaram-se inter-relacionadas e efetivamente globais. As redes de comunicações internacionais, incluindo a telefonia celular e, principalmente, o e-mail facilitaram enormemente a globalização da consciência sobre as disputas locais e do apoio e solidariedade que recebem. Combinado com ações dramáticas como as grandes ocupações de terras, o MST gerou apoio considerável, tanto nacional quanto internacionalmente e ajudou a transformar lutas locais em eventos nacionais, redefinindo problemas localizados como problemas nacionais que necessitam de atenção e recursos do governo nacional.

A interação entre o MST e o PT é bastante instrutiva. As relações entre as duas organizações são, de modo geral, excelentes no nível local, com muitos indivíduos filiados a ambas. Entretanto, as lideranças nacionais permaneceram separadas e nem sempre tão cordiais. O MST tem mantido uma linha de atuação no que diz respeito à necessidade de ocupar terras improdutivas e afirmar sua agenda, enquanto grande parte do PT tem optado por uma via mais conciliatória. Assim, os Sem Terra apóiam o PT de modo geral, na maior parte das campanhas locais e apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva em sua bem sucedida campanha presidencial. Eles ajudaram a alcançar uma significativa mudança de regime no Brasil: Lula foi eleito em uma vitória sem precedentes com 61% dos votos nas eleições de 2002.

De fato, percebendo o combate histórico do PT às políticas neoliberais e ao governo elitista, os Sem Terra compareceram em peso à eleição, juntando-se a algo em torno de 80% dos votantes registrados que participaram nos dois turnos da eleição. Terminada a eleição, o MST não reivindicou fazer parte do governo. Não obstante, continuaram a pressionar este por uma reforma agrária abrangente e pela redistribuição de terras e riqueza. O movimento não admitiria o retorno à “velha política de sempre”. O PT dedicaria-se ao seu programa “Fome Zero” e a outras iniciativas de cunho socioeconômico e os Sem Terra continuariam a pressionar o governo petista por reformas estruturais que julgassem importantes, em especial a Reforma Agrária. Já em 2004, o MST mostrava insatisfação considerável com o que considerava uma relativa falta de ação do governo no que diz respeito à reforma agrária e ameaçava engajar-se novamente em grandes ocupações de terras. Ao mesmo tempo, o governo Lula deparava-se com uma crescente pressão por parte das instituições financeiras internacionais por políticas econômicas moderadas. Optando por funcionar dentro da sociedade civil e não se tornar parte do governo, o MST ficou livre para dedicar-se a suas demandas originais pela reforma agrária e pela transformação socioeconômica do país.

Como o MST, muitos dos movimentos sociais da região tornaram-se cada vez mais politizados. Eles vieram representar uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países da América Latina pelas

instituições financeiras internacionais, o governo norte-americano e pelas elites econômicas nacionais. Nos últimos 20 anos, desde que os militares deixaram o governo brasileiro, o MST cravou-se na sociedade civil, aproveitando-se do espaço político considerável que se abriu com a institucionalização da democracia nominal. Atualmente, o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, controla o governo nacional, bem como muitos governos estaduais e prefeituras, e prometeu mudanças e reformas estruturais. Apesar de talvez faltar-lhe a vontade política necessária para implementar muitos de seus programas, como a reforma agrária, o PT não é totalmente oposto às práticas advogadas pelo MST. Mesmo que ainda não tenha gerado mudanças efetivas, a nova situação política torna improvável a repressão e concede um novo espaço político considerável no qual movimentos sociais como o MST podem manobrar.

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Sua militância e crescimento geraram um novo repertório de ações que inclui mobilizações de massa tão grandes que podem depor governos, como na Bolívia, ou forçá-los a mudar seus programas. Eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados, ao mesmo tempo forjando novos horizontes políticos e criando uma cultura política não-autoritária e participativa. Tais movimentos estão apropriando-se do espaço político existente ao máximo. No processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa.

Eles resistem vigorosamente ao processo de globalização corporativa que vem sido apresentado como a cura para o subdesenvolvimento e a pobreza. De fato, a realidade econômica vivida por essas massas de pessoas por toda a América Latina fornece um potente antídoto empírico à prescrição universal por globalizar-se. A formulação de movimentos sociais altamente politizados e a democracia participativa que praticam fornecem uma nova e promissora resposta ao neoliberalismo global. Além disso, essas respostas representam uma mudança substancial da forma anterior de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2001.